

I - INTRODUÇÃO

Com vista a uma análise da situação económica e financeira do Município de Valpaços, foi elaborado este relatório reportado a 31 de Dezembro de 2008, sobre os seus aspectos orçamentais e patrimoniais.

Os procedimentos inerentes aos registos contabilísticos relativos à gestão económico-financeira da administração local estão devidamente previstos em dispositivos legais, obedecendo qualquer acto de gestão da actividade financeira das autarquias locais a determinadas normas e princípios, constantes do nosso enquadramento jurídico.

O ponto 2.3.4.2 do POCAL estabelece que na execução do orçamento das autarquias locais devem ser respeitados os seguintes princípios:

- As receitas só podem ser liquidadas e arrecadadas se tiverem sido objecto de inscrição orçamental adequada;
- A cobrança de receitas pode, no entanto, ser efectuada para além dos valores inscritos no orçamento;
- As receitas liquidadas e não cobradas até 31 de Dezembro devem ser contabilizadas pelas correspondentes rubricas do orçamento do ano em que a cobrança se efectuar;
- As despesas só podem ser cativadas, assumidas, autorizadas e pagas se forem legais e estiverem inscritas no orçamento e com dotação igual ou superior ao cabimento e ao compromisso, respectivamente;
- As dotações orçamentais da despesa constituem o limite máximo a utilizar na sua realização;

- As despesas a realizar com a compensação em receitas legalmente consignadas podem ser autorizadas até à concorrência das importâncias arrecadadas;
- As ordens de pagamento caducam em 31 de Dezembro, devendo o pagamento dos encargos assumidos e não pagos até essa data ser processados por conta das adequadas dotações do orçamento em vigor no ano em que se proceda ao seu pagamento;
- Os serviços, no prazo improrrogável de 3 anos a contar de 31 de Dezembro do ano a que respeita o crédito, devem tomar a iniciativa de satisfazer os encargos, assumidos e não pagos, sempre que não seja imputável ao credor a razão do não pagamento.

Na execução do orçamento do ano financeiro de 2008, foram cumpridos os princípios contabilísticos da continuidade, consistência, da entidade contabilística, da especialização (ou do acréscimo), do custo histórico, da prudência, da materialidade e o da não compensação.

Refira-se desde já, que na contabilização das despesas e das receitas, sob o ponto de vista orçamental e patrimonial, foram utilizadas as classes de 0 a 8, previstas no ponto 10.3 do POCAL, a saber:

Tipo	Classe
Contas de controlo orçamental e de ordem	Classe 0 - Controlo orçamental e de ordem
Contas patrimoniais	Classe 1 - Disponibilidades
	Classe 2 - Terceiros
	Classe 3 - Existências
	Classe 4 - Imobilizado
	Classe 5 - Fundo patrimonial
Contas de gestão	Classe 6 - Custos e perdas
	Classe 7 - Proveitos e ganhos
Contas de resultados	Classe 8 - Resultados

NOTA: Os valores unitários constantes nos mapas e quadros estão expressos em unidades de euros.

II - Execução do Orçamento

2.1 - Comparação entre o Orçamento Inicial e o Orçamento Executado

Com base no princípio da utilização racional das dotações aprovadas, disponibilizamos nos quadros abaixo informação que possibilita avaliar a análise da economia, eficiência e eficácia das despesas autárquicas.

O orçamento do Município de Valpaços apresenta a previsão das receitas, bem como das despesas, desagregado segundo a classificação económica legalmente aprovada e tem um carácter anual.

Procura-se neste ponto explicitar e comparar a execução do orçamento, valores inicialmente propostos com valores efectivamente executados, analisados os correspondentes desvios.

Esta comparação permite aferir a fiabilidade do orçamento apresentado e a capacidade financeira da sua execução face ao volume de receitas arrecadadas e despesas pagas.

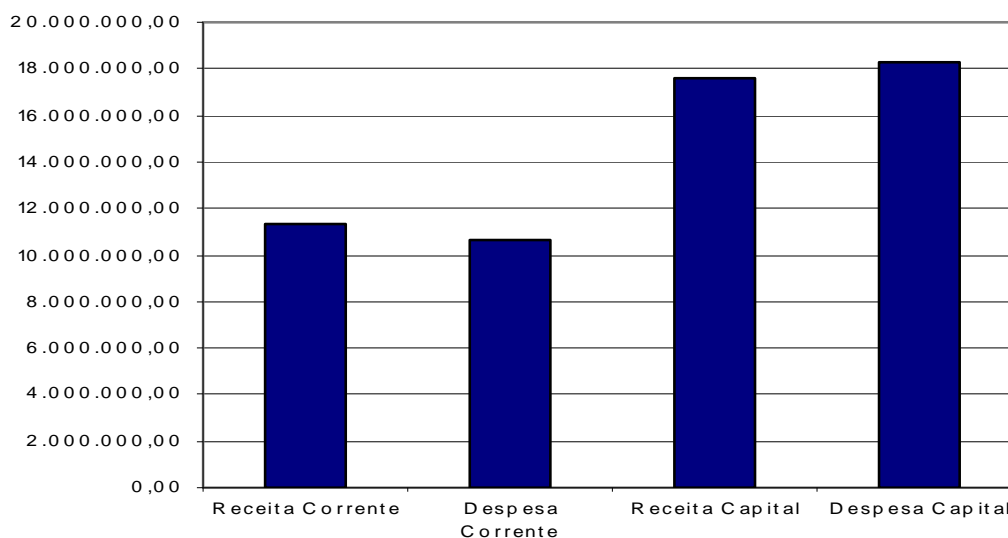
Propôs-se o município, no exercício de 2008, a arrecadar e a pagar as verbas abaixo indicadas.

Dotações Iniciais do ano 2008

Receita		Despesa	
Corrente	11.358.342,00	Corrente	10.656.633,00
Capital	17.562.187,00	Capital	18.263.896,00
Total...	28.920.529,00	Total...	28.920.529,00



Previsão de Poupança
Corrente: 701.709,00



Durante este capítulo analisaremos as verbas que inicialmente foram propostas, com as que efectivamente foram arrecadadas e pagas.

Conforme se pode verificar no quadro abaixo, o Orçamento Inicial e Final apresentam valores totais idênticos.

Designação	Orçamento		Execução (c)	Desvio (c) - (b)	Taxa de Execução (%)
	Inicial (a)	Final (b)			
Receitas					
Correntes	11.358.342,00	11.358.192,90	10.061.842,20	-1.296.350,70	88,60
Capital	17.562.187,00	17.562.187,00	4.162.823,44	-13.399.363,56	23,70
Saldo da Gerência anterior					
Despesas					
Correntes	10.656.633,00	10.975.714,00	7.843.928,53	-3.131.785,47	71,47
Capital	18.263.896,00	17.944.815,00	6.636.031,16	-11.308.783,84	36,98

As variações do quadro revelam, em termos absolutos, uma taxa de execução da receita de 49,2 %, a qual, em termos percentuais, é ligeiramente inferior à taxa de execução da despesa no valor de 50,7 %. Estes rácios traduzem a capacidade de realização das receitas e das despesas programadas, dado que a taxa referente à realização das despesas é calculada com base nos valores efectivamente pagos (execução financeira) e da receita a efectivamente arrecadada (Receita cobrada líquida).

Para os resultados de execução orçamental apresentados contribuíram maioritariamente as receitas correntes, que atingiram 88,6 %, conseguindo assim financiar as despesas correntes na sua totalidade e libertando poupança corrente no valor de 2.217.913,67 €, para financiar despesas de capital.

Anote-se que a pretensão inicial de poupança corrente era de 701.709 €uros, tendo sido manifestamente ultrapassada conseguindo-se financiar 33% das despesas de capital recorrendo-se a fluxos correntes.

Passaremos de seguida a analisar cada componente da receita e da despesa.

2.2 - Execução Orçamental da Receita

Neste capítulo é feita a análise do grau de execução de receita alcançada face à receita inicialmente prevista e comparação com exercícios anteriores.

A autonomia financeira da autarquia depende dos meios colocados ao seu dispor para a prossecução dos fins próprios, sendo relevante referir que os resultados da execução orçamental estão fortemente dependentes de fundos externos, nomeadamente estatais e comunitários.

Orçamento da Receita

Capítulo	Previsões iniciais	Alterações		Previsões corrigidas	Variação
		Reforços	Anulações		
Impostos Directos	1.020.505,00			1.020.505,00	0,00
Impostos Indirectos	124.719,00			124.719,00	0,00
Taxas multas e outras penalidades	123.153,00			123.153,00	0,00
Rendimentos de propriedades	2.685.019,00			2.685.019,00	0,00
Transferências correntes	6.127.762,00			6.127.762,00	0,00
Venda de bens e serviços correntes	1.068.263,00			1.068.263,00	0,00
Outras receitas correntes	208.921,00		149,10	208.771,90	-149,10
Venda de bens de investimento	476.555,00			476.555,00	0,00
Transferências de capital	11.843.001,00			11.843.001,00	0,00
Activos financeiros	5.000.000,00			5.000.000,00	0,00
Passivos financeiros	242.611,00			242.611,00	0,00
Outras receitas de capital	20,00			20,00	0,00
Rep. Não abatidas nos pagamentos	0,00	149,10		149,10	149,10
Total...	28.920.529,00	149,10	149,10	28.920.529,00	0,00

As modificações orçamentais vêm previstas no ponto 8.3.1 do POCAL e podem ser de dois tipos:

- Revisões
- Alterações

As modificações orçamentais devem atender aos princípios orçamentais e regras previsionais, nomeadamente ao princípio da universalidade, do equilíbrio e da especificação.

As alterações orçamentais resultam de transferência de verbas de rubricas dotadas em excesso para rubricas que se encontram insuficientemente dotadas, não dando lugar à alteração da dotação global do orçamento.

As revisões têm lugar quando houver um aumento do valor global da despesa prevista, excepto se se tratar de receitas legalmente consignadas, empréstimos contratados e entrada em vigor da nova tabela de vencimentos.

Foi o orçamento municipal objecto de uma revisão orçamental, tendo sido dotada a rubrica - *Reposições não abatidas aos pagamentos*.

A rubrica 150101-*Reposições não abatidas nos pagamentos*, abrangendo as receitas provenientes da entrada de fundos em resultado de pagamentos orçamentais imperfeito, ocorridos em anos anteriores. Ou seja, nesta classificação só se registam as devoluções que têm lugar depois do encerramento do ano financeiro em que ocorreu o pagamento.

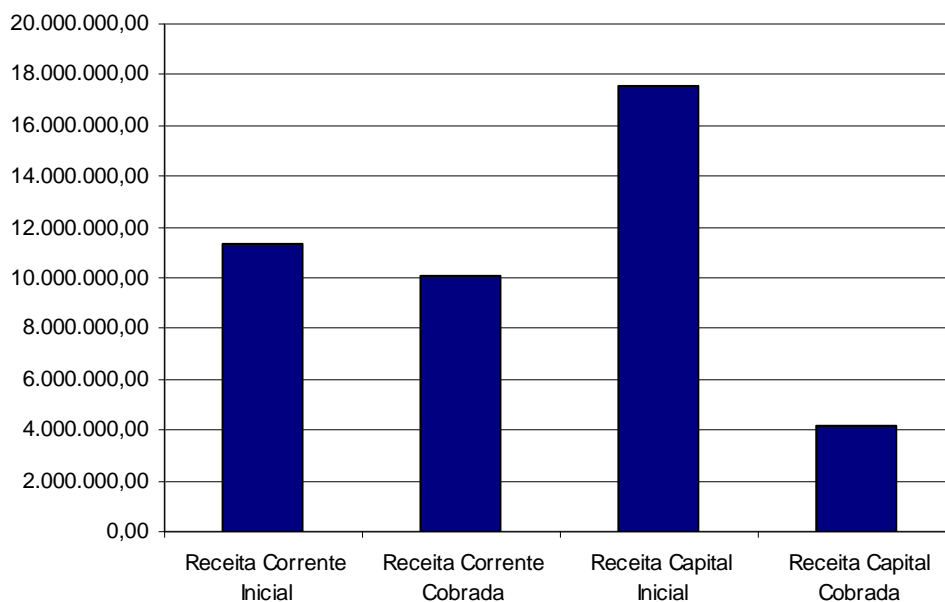
A título excepcional, esta rubrica pode ser dotada caso à data da elaboração do orçamento for conhecida causa justificada da sua abertura, situação da qual deve ser apresentada a devida prova em anexo ao orçamento.

Pagou a autarquia em 3/12/2007 a um fornecedor uma factura na qual o mesmo procedeu à liquidação do IVA. Posteriormente em 4/02/2008 o fornecedor devolveu à autarquia o IVA que liquidou indevidamente, pois enquadrava-se no regime especial de isenção do artigo 53º do CIVA.

Tendo a autarquia recebido o IVA anteriormente pago, em exercício económico diferente do do pagamento, tornou-se necessário dotar a rubrica de reposição não abatidas aos pagamentos pelo montante do IVA anteriormente pago ao fornecedor.

Grau da Execução da Receita

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Receitas Correntes	11.358.342,00	39,27	10.061.842,20	70,73	-1.296.499,80	88,59
01 Impostos Directos	1.020.505,00	3,53	1.145.377,91	8,05	124.872,91	112,24
02 Impostos Indirectos	124.719,00	0,43	19.803,16	0,14	-104.915,84	15,88
04 Taxas multas e out. penalidades	123.153,00	0,43	208.958,08	1,47	85.805,08	169,67
05 Rendimentos de propriedades	2.685.019,00	9,28	736.149,02	5,17	-1.948.869,98	27,42
06 Transferências correntes	6.127.762,00	21,19	6.652.598,90	46,76	524.836,90	108,56
07 Venda de bens e serviços	1.068.263,00	3,69	1.238.185,67	8,70	169.922,67	115,91
08 Outras receitas correntes	208.921,00	0,72	60.769,46	0,43	-148.151,54	29,09
Receitas de Capital	17.562.187,00	60,73	4.162.823,44	29,26	-13.399.363,56	23,70
09 Venda de bens de investimento	476.555,00	1,65	71.692,17	0,50	-404.862,83	15,04
10 Transferências de capital	11.843.001,00	40,95	4.091.131,27	28,76	-7.751.869,73	34,54
11 Activos financeiros	5.000.000,00	17,29	0,00	0,00	-5.000.000,00	0,00
12 Passivos financeiros	242.611,00	0,84	0,00	0,00	-242.611,00	0,00
13 Outras receitas de capital	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00
Rep. Não abatidas nos pagamentos	0,00	0,00	990,32	0,01	990,32	0,00



Da análise ao quadro acima representado, permite a comparação da receita cobrada com a receita prevista em termos de orçamento inicial e conseqüentemente detectar os correspondentes desvios e taxas de execução. A diferença observada entre os valores

orçamentados e executados não resulta da falta de rigor aquando a elaboração do orçamento, mas antes do facto de o POCAL (Ponto 3.3.1.) impor a média aritmética das receitas cobradas dos últimos 24 meses que antecedem a elaboração do orçamento, não sendo assim possível relevar, em termos orçamentais, o crescimento ou diminuição de determinadas receitas.

O maior desvio deve-se ao nível das receitas de capital, com execução nula nos activos financeiros e passivos financeiros. Anote-se que durante a gerência de 2008, não foi contratualizado nenhum empréstimo pelo município, tendo as verbas dos empréstimos anteriormente contratados sido totalmente utilizadas até à gerência de 2007. Como poderá ser observado no decurso deste relatório o capital em dívida em 31 de Dezembro de 2008 à banca era de 5.150.488,24 euros, um decréscimo de 666.804,09 euros face ao valor em dívida em 1 de Janeiro de 2008.

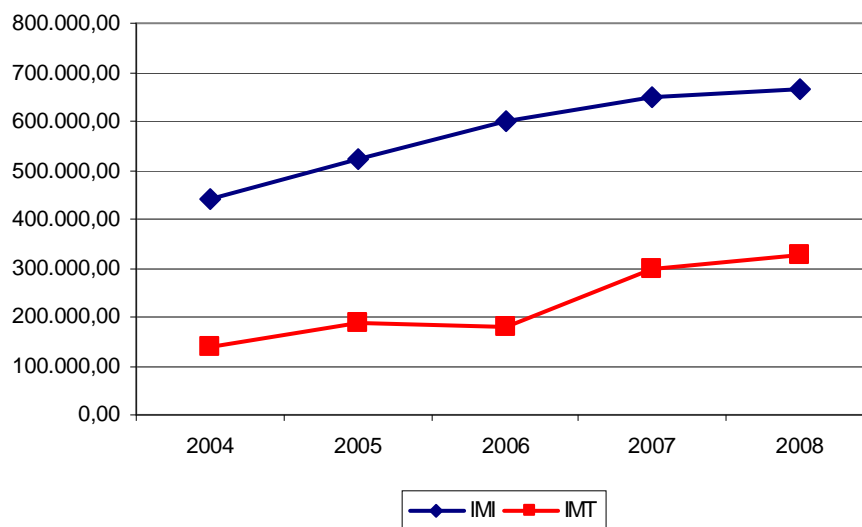
Um dos principais aspectos a ressaltar da análise do quadro é a diferença entre o valor executado (14.225.655,96 €) e a previsão orçamental inicial (28.920.529,00 €), valor que traduz uma taxa de execução global de 49,2 %.

As receitas geradas pela própria autarquia (3.481.925,79 euros) representam 24 % do total da receita arrecadada. Em final de 2007 este rácio era igualmente de 24%, contra os 20,30 % verificados em 2006.

Se observarmos em particular o capítulo dos impostos directos, IMI, IUC e o IMT, representam 8% do total das receitas cobradas e 33% das receitas próprias.

	2004	2005	2006	2007	2008
IMI	441.668,80	521.973,98	599.047,44	649.187,49	666.729,00
IMT	140.075,86	188.316,45	181.328,39	296.937,65	328.328,49

Veja-se graficamente qual foi o seu comportamento destas duas receitas nos últimos cinco anos.



A receita proveniente do IMT e do IMI, entre outras, é arrecadada directamente pela Direcção-Geral dos Impostos e transferida para o município, como resulta do artigo 13º da LFL, cobrando-se a DGCI de uma comissão de cobrança, que no ano 2008 foi de 28.968,85 Euros.

O OE de 2009 (Lei n.º 64/2008, de 5/12) veio alterar as taxas do IMI, para:

Prédios rústicos	-	0,8%
Prédios urbanos	-	0,4% a 0,7%
Prédios urbanos avaliados	-	0,2% a 0,4%

A Digníssima Assembleia Municipal em reunião realizada a 26/09/2008, sob proposta da Câmara, antes de se conhecer a intenção do OE, aprovou para o ano 2008 (Cobrança em 2009) as seguintes taxas de IMI:

Prédios urbanos	-	0,7%
Prédios urbanos avaliados	-	0,3%

2.2.1 - Execução Orçamental da Receita por capítulos económicos

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Receitas Correntes	11.358.342,00	39,27	10.061.842,20	70,73	-1.296.499,80	88,59
01 Impostos Directos	1.020.505,00	3,53	1.145.377,91	8,05	124.872,91	112,24
02 Impostos Indirectos	124.719,00	0,43	19.803,16	0,14	-104.915,84	15,88
04 Taxas multas e out. penalidades	123.153,00	0,43	208.958,08	1,47	85.805,08	169,67
05 Rendimentos de propriedades	2.685.019,00	9,28	736.149,02	5,17	-1.948.869,98	27,42
06 Transferências correntes	6.127.762,00	21,19	6.652.598,90	46,76	524.836,90	108,56
07 Venda de bens e serviços	1.068.263,00	3,69	1.238.185,67	8,70	169.922,67	115,91
08 Outras receitas correntes	208.921,00	0,72	60.769,46	0,43	-148.151,54	29,09

É no capítulo dos rendimentos de propriedade e nas transferências correntes, que o desvio se demonstra mais evidente na sua execução. Anote-se que em termos percentuais o capítulo das transferências correntes conseguiu 108,56% face ao valor inicialmente previsto, sendo responsável pela maior arrecadação da receita corrente municipal, fazendo naturalmente depender o município de Valpaços de transferências do exterior, nomeadamente do Orçamento de Estado - FEF.

Com um desvio marcado pela negativa está o capítulo dos rendimentos de propriedade, arrecadando-se 27,42% do valor proposto inicialmente.

2.2.2 - Principais Componentes da Receita Corrente

Atendendo à importância desenvolver-se-à, de seguida, o estudo mais detalhado da receita corrente.

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
01 Impostos Directos	1.020.505,00	80,46	1.145.377,91	83,35	124.872,91	112,24
Imposto Municipal Imóveis	646.971,00	51,01	666.729,00	48,52	19.758,00	103,05
Imposto Único de Circulação	141.328,00	11,14	146.587,58	10,67	5.259,58	103,72
Imposto Municipal Trans. Imóveis	217.007,00	17,11	328.328,49	23,89	111.321,49	151,30
Impostos Abolidos	15.189,00	1,20	3.732,84	0,27	-11.456,16	24,58
Contribuição autarquica	15.169,00	1,20	2.422,08	0,18	-12.746,92	15,97
Imposto Municipal SISA	10,00	0,00	679,60	0,05	669,60	6.796,00
Imposto Municipal Veículos	10,00	0,00	631,16	0,05	621,16	6.311,60
Impostos directos diversos	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
02 Impostos Indirectos	124.719,00	9,83	19.803,16	1,44	-104.915,84	15,88
Mercados e Feiras	9.452,00	0,75	5.331,08	0,39	-4.120,92	56,40
Loteamento e Obras	113.045,00	8,91	8.529,92	0,62	-104.515,08	7,55
Ocupação da Via Pública	518,00	0,04	0,00	0,00	-518,00	0,00
Publicidade	1.234,00	0,10	1.835,32	0,13	601,32	148,73
Utilizaç.Red.Viária Municipal	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Outros	460,00	0,04	4.106,84	0,30	3.646,84	892,79

TMDP	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
TDFTH	10,00	0,00	182,71	0,01	172,71	1.827,10
Outros	440,00	0,03	3.924,13	0,29	3.484,13	891,85
04 Tx, mult., outras penalidades	123.153,00	9,71	208.958,08	15,21	85.805,08	169,67
Mercados e Feiras	229,00	0,02	13.899,70	1,01	13.670,70	0,00
Loteamento e Obras	12.565,00	0,99	63.720,36	4,64	51.155,36	507,13
Ocupação da Via Pública	30,00	0,00	28,60	0,00	-1,40	95,33
Caça e Uso e Porte de Arma	1.111,00	0,09	472,67	0,03	-638,33	42,54
Saneamento (Conservação)	81.525,00	6,43	102.624,73	7,47	21.099,73	125,88
Outros	20.136,00	1,59	8.218,15	0,60	-11.917,85	40,81
TDFTH	10,00	0,00	315,59	0,02	305,59	3.155,90
Outros	20.126,00	1,59	7.902,56	0,58	-12.223,44	39,27
Multas e outras penalidades	7.557,00	0,60	19.993,87	1,46	12.436,87	264,57
Juros de mora	4.584,00	0,36	2.424,47	0,18	-2.159,53	52,89
Juros compensatórios	10,00	0,00	12.683,07	0,92	12.673,07	126.830,70
Coimas e penalidades	2.457,00	0,19	200,00	0,01	-2.257,00	8,14
Multas diversas	506,00	0,04	4.686,33	0,34	4.180,33	926,15
Total...	1.268.377,00	100,00	1.374.139,15	100,00	105.762,15	108,34

Constata-se que dentro das receitas fiscais o IMI é que mais contribui para o erário municipal. No capítulo das taxas o saneamento é que mais gerou receitas para a autarquia, pese embora se achar que este valor deveria ser aumentado por forma a fazer face ao aumento crescente das despesas com as Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro no tratamento das águas residuais.

Nos impostos indirectos, a ocupação da via pública e a utilização da rede viária municipal tiveram execução nula.

Transferências Correntes

Designação	Orçamento Inicial		Receita Cobrada		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Orçamento do Estado:	5.671.026,00	92,55	5.951.168,00	89,46	280.142,00	104,94
Fundo de Equilíbrio Financeiro	5.198.780,00	84,84	5.478.932,00	82,36	280.152,00	105,39
Fundo Social Municipal	278.914,00	4,55	278.914,00	4,19	0,00	100,00
Participação variável no IRS	193.322,00	3,15	193.322,00	2,91	0,00	100,00
Outras	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Estado - Participação projectos	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Serviços e Fundos Autónomos	454.543,00	7,42	556.032,23	8,36	101.489,23	122,33
Serviços e Fundos Autónomos - Outros	2.183,00	0,04	145.398,67	2,19	143.215,67	6.660,50
Total...	6.127.762,00	100,00	6.652.598,90	100,00	524.836,90	108,56

A receita cobrada no capítulo das transferências correntes, à excepção do Estado - Participação projectos, tem execução acima das previsões iniciais. O FEF representa 82,36% das receitas cobradas neste capítulo.

O FSM resulta do valor correspondente às despesas relativas às atribuições e competências transferidas da Administração Central para os municípios. Com base no princípio dos deveres de informação estatuidos no artigo 50º da LFL, informa este município a DGAL (Através da aplicação SIAL) das despesas elegíveis para a atribuição e justificação deste fundo.

O IRS representa uma participação no rendimento cobrado nas diferentes categorias deste imposto na circunscrição territorial do nosso município, cujo cabeça de casal tenha morada fiscal no concelho, caso contrário e embora os rendimentos sejam auferidos no concelho se o cabeça de casal dispuser residência fiscal fora do concelho a verba não será atribuída ao município de Valpaços.

O orçamento de Estado é de entre as rubricas das transferências correntes aquele que mais contribui para a arrecadação da receita corrente

Venda de Bens e Serviços

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Venda de Bens e Serviços	1.068.263,00	100,00	1.238.185,67	100,00	169.922,67	115,91
Venda de Bens:	420.686,00	39,38	472.929,66	38,20	52.243,66	112,42
Livros e documentação técnica	9.915,00	0,93	37.416,24	3,02	27.501,24	377,37
Produtos Acabados e Intermédios	410.771,00	38,45	435.513,42	35,17	24.742,42	106,02
Serviços:	231.991,00	21,72	324.206,95	26,18	92.215,95	139,75
Aluguer de espaços e equipamentos	10,00	0,00	40.671,26	3,28	40.661,26	406.712,60
Vistorias e ensaios	6.610,00	0,62	6.915,76	0,56	305,76	104,63
Ser. Soc. Rec. Cul. Desporto	9.533,00	0,89	13.576,54	1,10	4.043,54	142,42
Serv. Esp. Das Autarquias Locais:	194.190,00	18,18	263.043,39	21,24	68.853,39	135,46
Resíduos sólidos	172.180,00	16,12	213.304,57	17,23	41.124,57	123,88
Transp. Colect. Pessoas	22.010,00	2,06	26.162,59	2,11	4.152,59	118,87
Trabalhos por conta de particulares	19.218,00	1,80	22.412,63	1,81	3.194,63	116,62
Cemitérios	2.430,00	0,23	1.163,60	0,09	-1.266,40	47,88
Rendas:	415.586,00	38,90	441.049,06	35,62	25.463,06	106,13
Habitações - Social	28.025,00	2,62	21.613,87	1,75	-6.411,13	77,12
Edifícios	6.224,00	0,58	17.721,76	1,43	11.497,76	284,73
Outras - Contadores água	381.337,00	35,70	401.713,43	32,44	20.376,43	105,34

Com a venda de bens e serviços arrecadou a Câmara Municipal 1.238.185,67 €uros, dos 1.068.263,00 €uros que se propôs a arrecadar inicialmente, revelando uma taxa de execução de 115,91%.

O maior encaixe financeiro proveniente deste capítulo revela-se nas receitas provenientes da venda de produtos acabados e intermédios.

Por imposição legal deixou a autarquia de arrecadar desde o mês de Maio de 2008 o aluguer de contador, tendo sido substituída pela tarifa da disponibilidade do sistema de abastecimento de água.

2.2.3 - Execução Orçamental da Receita de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Receitas de Capital	17.562.187,00	100,00	4.162.823,44	100,00	-13.399.363,56	23,70
09 Vendas Bens Investimentos	476.555,00	2,71	71.692,17	1,72	-404.862,83	15,04
10 Transferências de Capital	11.843.001,00	67,43	4.091.131,27	98,28	-7.751.869,73	34,54
11 Activos Financeiros	5.000.000,00	28,47	0,00	0,00	-5.000.000,00	0,00
12 Passivos Financeiros	242.611,00	1,38	0,00	0,00	-242.611,00	0,00
13 Outras Receitas de Capital	20,00	0,00	0,00	0,00	-20,00	0,00

Do quadro acima pode-se observar que entre a Receita de Capital prevista e a que foi efectivamente executada há um desvio de 13.399.363,56 €, e apresenta um grau de execução de 23,70 % do valor inicialmente previsto. Efectivamente, embora as estimativas assentem em montantes justificados, a baixa concretização justifica-se essencialmente pela execução nula dos activos e passivos financeiros e pela baixa execução das transferências de capital e venda de bens de investimento.

Ao nível dos Passivos Financeiros a execução nula tem haver com o facto do município não dispor de verbas por libertar por conta de empréstimos, nem se procedeu à contratualização de novos empréstimos. A utilização de capital alheio proveniente de empréstimos bancários foi nesta gerência nula.

Para uma análise mais completa dos empréstimos contratados, capitais em dívida e montantes utilizados, veja-se o mapa dos empréstimos em anexo a este relatório.

Transferências de Capital

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Administração Central	4.206.006,00	35,51	3.652.621,00	89,28	-553.385,00	86,84
Administração Local	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Fundos Comunitários	7.636.985,00	64,49	438.510,27	10,72	-7.198.474,73	5,74
Total...	11.843.001,00	100,00	4.091.131,27	100,00	-7.751.869,73	34,54

Da análise ao quadro das Transferências de Capital deparamo-nos com um grau de execução de 34,54 %, face ao valor inicialmente previsto. O valor proveniente de Fundos Comunitários está bastante aquém do previsto, apenas se arrecadaram 438.510,27 provenientes dos seguintes projectos:

Centros de dinamização empresarial no concelho	190.000,01
Valorização do núcleo rural em Argemil	7.342,50
Requalificação da praça central em Carracedo de Montenegro	43.247,80
Recuperação e revitalização em Valverde	20.050,75
Zona de lazer em Lamas	7.490,12
Vilarandelo Turismos e património	49.446,87
Pavimentação da EM 314 entre lim. Chaves/Murça	120.932,22
TOTAL	438.510,27

Do orçamento de Estado recebeu-se 3.652.621,00 €uros, sob a forma de transferência de capital (FEF Capital), representado 89,28 %, das transferências de capital arrecadadas, evidenciando uma dependência da autarquia dos fundos Estatais.

2.2.4 - Incobrábilidade da receita

Do total da receita emitida e liquidada, nem toda foi objecto de arrecadação, constituindo receita virtualizada em relaxe nos cofres da autarquia.

No início do ano 2007 em receitas por cobrar tinha o município 203.943,38 €, no final do exercício aumentou para 220.392,26 €. Em 31 de Dezembro de 2008 a receita por cobrar cifra-se em 234.245,06 €uros, um acréscimo de 6,29% face ao valor registado no início do ano.

Mapa síntese por classificação da receita

Finalidade	Receita por cobrar no início do ano	Receita por cobrar no final do período	Variação %
Publicidade	221,36	221,36	0,00
Saneamento (Conservação)	16.930,39	18.109,79	6,97
Águas	88.288,17	95.787,79	8,49
Resíduos Sólidos	29.912,58	31.431,87	5,08
Contadores de água	77.917,43	80.457,96	3,26
Rendas - Edifícios	7.122,33	8.236,29	15,64
Total...	220.392,26	234.245,06	6,29

2.2.5 - Evolução orçamental da receita

Designação	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
Receita Corrente	6.646.955,84	7.685.406,41	8.104.263,05	8.640.389,50	9.691.816,80	9.499.604,42	10.007.824,26	10.061.842,20
Receita de Capital	7.255.953,16	5.411.539,55	6.952.110,99	5.763.931,02	7.488.700,30	6.379.201,27	5.455.704,44	4.162.823,44
Total Geral	13.902.909,00	13.096.945,96	15.056.374,04	14.404.320,52	17.180.517,10	15.878.805,69	15.463.528,70	14.224.665,64

Verifica-se que nos últimos anos as Receitas Correntes têm tido um maior desempenho em relação à Receita total. Ao nível da receita de capital verificou-se uma perda de receita de 24% face ao valor arrecadado no ano transacto.

2.3 - Execução Orçamental da Despesa

Neste ponto efectuar-se-á a análise da despesa paga no primeiro semestre deste ano, sob o ponto de vista da classificação económica. Após uma breve referência aos valores orçamentados e sua comparação com os valores executados, o que permitirá examinar o nível de realização das despesas e apurar os eventuais desvios, será dado destaque às despesas afectas às Grandes Opções do Plano e em especial às executadas no âmbito do Plano Plurianual de Investimentos, permitindo avaliar a sua execução e o alcance dos objectivos previstos naquele documento.

Na análise da execução orçamental, será feita a comparação entre despesa prevista (orçamento inicial) e despesa paga (Executada).

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
Despesas Correntes	10.656.633,00	36,85	7.843.928,53	54,17	-2.812.704,47	73,61
01 Despesas com Pessoal	4.250.002,00	14,70	3.730.700,33	25,76	-519.301,67	87,78
02 Aquisição de Bens e Serviços	5.476.620,00	18,94	2.902.385,48	20,04	-2.574.234,52	53,00
03 Encargos Correntes da Dívida	439.431,00	1,52	239.585,14	1,65	-199.845,86	54,52
04 Transferências Correntes	486.580,00	1,68	790.843,34	5,46	304.263,34	162,53
06 Outras Despesas Correntes	4.000,00	0,01	180.414,24	1,25	176.414,24	4.510,36
Despesas de Capital	18.263.896,00	63,15	6.636.031,16	45,83	-11.627.864,84	36,33
07 Aquisição de Bens de Capital	17.364.815,00	60,04	5.614.972,33	38,78	-11.749.842,67	32,34
08 Transferências de Capital	225.080,00	0,78	354.254,74	2,45	129.174,74	157,39
09 Activos Financeiros	1.000,00	0,00	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
10 Passivos Financeiros	670.491,00	2,32	666.804,09	4,61	-3.686,91	99,45
11 Outras despesas de capital	2.510,00	0,01	0,00	0,00	-2.510,00	0,00
Total....	28.920.529,00	100,00	14.479.959,69	100,00	-14.440.569,31	50,07

A forte execução no capítulo das outras despesas correntes fica a dever-se às restituições que a autarquia faz relativamente aos impostos directos, nomeadamente IMI e IMT, que a Administração Fiscal executa, assim como ao IVA que a autarquia Auto liquida por força do regime da inversão do sujeito passivo nos serviços da construção civil criado pelo Decreto-Lei n.º 21/2007, de 29 de Janeiro.

2.3.1 - Comparação com a execução de anos anteriores

Veja-mos em seguida a comparação entre os valores pagos no quinquénio.

Comparação entre a execução de 2004 a 2008

Designação	Executado 2004	Executado 2005	Executado 2006	Executado 2007	Executado 2008
Despesas com Pessoal	2.830.719,33	3.343.401,40	3.368.711,21	3.606.260,76	3.730.700,33
Aquisição de Bens e Serviços	2.397.554,91	2.490.874,88	2.584.784,85	2.886.138,78	2.902.385,48
Encargos Correntes da Dívida	114.550,64	138.679,65	181.740,63	219.718,59	239.585,14
Transferências Correntes	888.440,95	993.699,70	977.215,90	948.492,78	790.843,34
Outras Despesas Correntes	219.297,62	30.664,67	23.547,09	18.597,60	180.414,24
Total das Despesas Correntes	6.450.563,45	6.997.320,30	7.135.999,68	7.679.208,51	7.843.928,53
Aquisição de Bens de Investimento	7.140.205,10	9.587.924,99	7.058.469,28	6.854.894,65	5.614.972,33
Transferências de Capital	81.581,33	122.529,76	97.366,93	104.481,53	354.254,74
Activos Financeiros	52.472,80	481,06	146.603,20	0,00	0,00
Passivos Financeiros	628.385,74	572.392,57	1.158.475,74	924.355,90	666.804,09
Total das Despesas de capital	7.902.644,97	10.283.328,38	8.460.915,15	7.883.732,08	6.636.031,16
Total das Despesas	14.353.208,42	17.280.648,68	15.596.914,83	15.562.940,59	14.479.959,69

Na proporção face ao ano 2007, as despesas com o pessoal, a aquisição de bens e serviços correntes, as outras despesas correntes, bem como as transferências de capital ultrapassaram os montantes executados no ano 2007.

Em situação inversa as transferências correntes e os passivos financeiros ficaram aquém dos montantes pagos no ano 2007. Anote-se que em relação aos passivos financeiros no ano 2007 foram efectuadas 7 amortizações extraordinárias aos montantes em dívida do empréstimo bancário à construção do bairro social em Valpaços. No decurso da gerência de 2008 foi efectuada apenas uma amortização extraordinária a esse empréstimo, fruto da alienação de uma habitação no bairro social.

2.3.2 - Execução da Despesa Corrente

Passaremos em seguida a analisar mais em pormenor cada capítulo das despesas correntes.

Despesas com o Pessoal

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%	Valor	
01 Despesas com Pessoal	4.250.002,00	100,00	3.730.700,33	100,00	-519.301,67	87,78
Titulares de órgãos autárquicos	121.490,00	2,86	112.778,27	3,02	-8.711,73	92,83
Pessoal dos quadros - RFP	1.554.673,00	36,58	1.582.862,17	42,43	28.189,17	101,81
Pessoal dos quadros - RCIT	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Pessoal além dos quadros	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Pessoal contratado a termo	285.368,00	6,71	419.044,86	11,23	133.676,86	146,84
Pessoal Regime de tarefa e avença	120.000,00	2,82	160.707,40	4,31	40.707,40	133,92
Pessoal aguardando aposentação	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Pessoal em qualquer outra situação	227.312,00	5,35	64.479,36	1,73	-162.832,64	28,37
Gratificações	30,00	0,00	0,00	0,00	-30,00	0,00
Representação	41.802,00	0,98	41.842,59	1,12	40,59	100,10
Suplementos e prémios	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Subsídio de refeição	218.320,00	5,14	215.713,20	5,78	-2.606,80	98,81
Pessoal dos quadros	167.877,00	3,95	169.737,51	4,55	1.860,51	101,11
Pessoal em qualquer situação	48.345,00	1,14	43.115,13	1,16	-5.229,87	89,18
Membros Org. Autárquicos	2.098,00	0,05	2.860,56	0,08	762,56	136,35
Subsídio de férias e de Natal	321.092,00	7,56	352.850,07	9,46	31.758,07	109,89
Pessoal dos quadros	259.112,00	6,10	264.581,55	7,09	5.469,55	102,11
Pessoal em qualquer situação	61.980,00	1,46	88.268,52	2,37	26.288,52	142,41
Remun. Doença mat/pater.	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Gratificações variáveis ou eventuais	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Horas extraordinárias	108.448,00	2,55	98.722,34	2,65	-9.725,66	91,03

Alimentação e alojamento	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Ajudas de custo	15.718,00	0,37	9.919,18	0,27	-5.798,82	63,11
Abono para falhas	9.166,00	0,22	9.565,76	0,26	399,76	104,36
Formação	10.210,00	0,24	0,00	0,00	-10.210,00	0,00
Colaboração técnica e especializada	10,00	0,00	483,60	0,01	473,60	4.836,00
Subsídios e abonos de fixação	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Subsídio de prevenção	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Subsídio de trabalho nocturno	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Subsídio de turno	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Indemnização cessação funções	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Outros suplementos e prémios	34.815,00	0,82	26.473,95	0,71	-8.341,05	76,04
Outros abonos em numerário	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Encargos com a saúde	250,00	0,01	0,00	0,00	-250,00	0,00
Outros encargos com a saúde	50.233,00	1,18	78.264,33	2,10	28.031,33	155,80
Subsídio familiar a crianças jovens	48.625,00	1,14	53.924,24	1,45	5.299,24	110,90
Outras prestações familiares	5.105,00	0,12	0,00	0,00	-5.105,00	0,00
Assistência na doença (ADSE)	612.600,00	14,41	26.754,53	0,72	-585.845,47	4,37
Caixa Geral Aposentações	306.300,00	7,21	293.782,36	7,87	-12.517,64	95,91
Segurança Social	107.205,00	2,52	136.426,57	3,66	29.221,57	127,26
Outras contribuições	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Acidentes em serviço e doenças prof.	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Outras pensões	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Seguros de acidentes de trabalho	51.050,00	1,20	46.105,55	1,24	-4.944,45	90,31
Outras despesas de seg. social	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00
Seguro de saúde	10,00	0,00	0,00	0,00	-10,00	0,00

O valor total executado no período em análise foi de 3.730.700,33 €, distribuído pelas diferentes rubricas que acima se expõem.

As despesas com o pessoal absorvem 37% do total da receita corrente arrecadada, e são responsáveis pelo consumo de 26% da receita total cobrada.

Em análise com anos anteriores temos:

DESPESAS COM O PESSOAL	
Ano 2000	2.090.836,09
Ano 2001	2.259.923,58
Ano 2002	2.619.472,71
Ano 2003	2.630.941,94
Ano 2004	2.830.719,33
Ano 2005	3.343.401,40
Ano 2006	3.368.711,21
Ano 2007	3.606.260,76
Ano 2008	3.730.700,33

Análise ao limite legal das despesas com o pessoal

O Orçamento de Estado (OE) para 2006, veio limitar as despesas com o pessoal das autarquias locais, em que, e passa-se a transcrever: «As despesas com o pessoal das autarquias locais, incluindo as relativas a contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços a pessoas singulares, devem manter-se ao mesmo nível do verificado em 2005, excepto nas situações relacionadas com a transferência de competências da Administração Central e sem prejuízo do montante relativo ao aumento de vencimentos dos funcionários públicos, ao cumprimento de disposições legais e à execução de sentenças judiciais.»

O OE para 2007 veio declinar este limite, muito embora a Lei das Finanças Locais no seu artigo 62º estabeleça que até 2009, a Lei do OE possa fixar limites anuais para as despesas com o pessoal.

Por forma a dar cumprimento ao n.º 5 do artigo 50º da LFL, informa trimestralmente o município a DGAL, das despesas com o pessoal que a autarquia paga, incluindo contratos de avença, de tarefa e de aquisição de serviços com pessoas singulares, comparando com as realizadas no mesmo período do ano anterior.

Os limites ao custo com o pessoal definidos no artigo 10º do Decreto-Lei n.º 116/84, de 6 de Abril, dita que os custos com o pessoal têm de ser inferiores em 60 % das receitas correntes do ano anterior, e as despesas com o pessoal em qualquer outra situação inferiores em 25 % do limite imposto anteriormente.

ANÁLISE AOS LIMITES COM AS DESPESAS COM O PESSOAL

Despesas a considerar para efeitos de cumprimento dos n.sº 1 e 2 do artigo 10º do DL n.º 116/84, de 06/04

LIMITE DOS ENCARGOS COM O PESSOAL DO QUADRO			
CLASSIF.	DESCRIÇÃO	MONT.PAGO	LIMITE
010103	Pessoal dos quadros	1.582.862,17	
010104	Regime contrato individual de trabalho	0,00	
010108	Pessoal aguardando aposentação	0,00	
01011002	Gratificações - Pessoal do quadro	0,00	
01011301	Subsídio de refeição - Pessoal dos quadros	169.737,51	
01011401	Subsídio de férias e Natal - Pessoal dos quadros	264.581,55	

	TOTAL	2.017.181,23	6.004.694,56
LIMITE DOS ENCARGOS COM O PESSOAL FORA DO QUADRO			
010105	Pessoal além dos quadros	0,00	
010106	Pessoal contratado a termo	419.044,86	
010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	160.707,40	
01011003	Gratificações - Outros	0,00	
01011302	Subsídio de refeição - Pessoal em qualquer outra situação	43.115,13	
01011402	Subsídio de férias e Natal - Pessoal em qualquer outra situação	88.268,52	
	TOTAL	711.135,91	1.501.173,64

TOTAL DA RECEITA CORRENTE DO ANO 2007	10.007.824,26
60% DAS RECEITAS CORRENTES	6.004.694,56
25% DE 60% DAS RECEITAS CORRENTES	1.501.173,64

Como acima se pode verificar os limites impostos estão a ser respeitados.

Fica apenas uma chamada de atenção para no caso da gestão escolar (Até ao 9º ano) que se fala da sua transferência para as autarquias, não for acompanhada da devida compensação financeira pelo Estado, este rácio provavelmente deixará de ser cumprido, salvo se as despesas forem objecto de excepção ao calculo deste limite.

Aquisição de Bens e Serviços Correntes

Verifica-se que a rubrica de aquisição de Bens representa 23,18 % e a aquisição de serviços 76,82 % do total do valor pago para o capítulo da aquisição de bens e serviços.

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Aquisição de Bens e Serviços	5.476.620,00	100,00	2.902.385,48	100,00	-2.574.234,52	53,00
Aquisição de Bens	685.120,00	12,51	672.817,42	23,18	-12.302,58	98,20
Aquisição de Serviços	4.791.500,00	87,49	2.229.568,06	76,82	-2.561.931,94	46,53

Ao nível da aquisição de bens as despesas com gasóleo (202.296,17), aquisição de matérias-primas e subsidiárias (178.890,20), Alimentação - refeições confeccionadas (126.557,40) e prémios, condecorações e ofertas (50.945,78), representam 83% do total das despesas pagas neste capítulo.

Na aquisição de serviços, a rubrica de outros serviços (560.139,28), em conjunto com as conservações de bens (413.238,03), os trabalhos especializados (353.358,01) e os transportes (337.515,03), absorvem 75% do total da aquisição de serviços.

2.3.3 - Execução da Despesa de Capital

Os quadros seguintes permitem observar a desagregação das Despesas de Capital, indicando para as respectivas dotações orçamentais, o volume da Despesa paga e respectiva taxa de execução.

Designação	Orçamento Inicial		Executado		Desvio Valor	Taxa de execução
	Valor	%	Valor	%		
Despesas de Capital	18.261.386,00	100,00	6.636.031,16	100,00	-11.625.354,84	36,34
07 Aquisição de Bens de Investimento	17.364.815,00	95,09	5.614.972,33	84,61	-11.749.842,67	32,34
08 Transferências de Capital	225.080,00	1,23	354.254,74	5,34	129.174,74	157,39
09 Activos Financeiros	1.000,00	0,01	0,00	0,00	-1.000,00	0,00
10 Passivos Financeiros	670.491,00	3,67	666.804,09	10,05	-3.686,91	99,45

As importâncias contabilizadas como despesas de capital, totalizaram 6.636.031,16 € (46 %) do total da despesa paga, uma taxa de execução inferior ao da despesa corrente (36,98 %) face às dotações corrigidas. O Investimento apresenta uma taxa de execução de 32,34 %, as Transferências de Capital 157,39 %, os Passivos Financeiros 99,45 % e os Activos Financeiros com uma execução nula, face aos valores inicialmente previstos em orçamento.

Embora a aquisição de bens de investimento tenham uma execução de 39 % em relação à totalidade das despesas pagas, representam 85 % das despesas de capital pagas no exercício.

2.3.3.1 - Principais componentes da Despesa de Capital

O valor da aquisição de bens de capital inicialmente previsto para o ano económico de 2008 totaliza 17.364.815 €. Os pagamentos efectivados no período totalizaram 5.614.972,33 €; Em termos de utilização orçamental os compromissos assumidos do exercício

atingiram um volume de 12.686.495,35 €, ou seja uma realização física de 73 %, contra os 33,24 % de execução orçamental.

2.3.3.2 - Fontes de Financiamento de Investimento

Designação	2002		2003		2004		2005		2006		2007		2008	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Empréstimos bancários	1.102.479,86	20,37	450.352,96	6,48	715.985,53	12,42	1.082.147,46	14,45	1.026.984,24	16,17	541.804,08	8,53	0,00	0,00
Transferências de Capital	4.208.678,68	77,77	6.405.284,20	92,13	5.044.786,79	87,52	6.367.574,03	85,03	5.255.761,37	82,77	4.531.790,43	71,37	4.091.131,27	64,43
FEF	3.303.635,00	61,05	3.422.566,00	49,23	3.586.850,00	62,23	3.658.587,00	48,85	3.658.587,00	57,62	3.417.677,00	53,82	3.652.621,00	57,52
Fundos Comunitários	858.732,64	15,86	2.858.280,55	41,11	1.402.932,98	24,34	2.673.415,26	35,00	1.597.174,37	25,15	1.114.113,43	17,55	438.510,27	6,91
Outros	46.311,04	0,86	124.437,65	1,79	55.003,81	0,95	35.571,77	0,48	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras receitas capital	100.381,01	1,86	96.473,83	1,39	3.158,70	0,05	38.978,81	0,52	66.933,17	1,05	382.109,93	6,02	0,00	0,00
Total	5.411.539,55	100,00	6.952.110,99	100,00	5.763.931,02	100,00	7.488.700,30	100,00	6.349.678,78	100,00	5.455.704,44	85,92	4.091.131,27	64,43

O Investimento tem tido nos últimos anos diversas fontes de financiamento, mas como se pode observar no quadro acima representado, as receitas provenientes do OE têm sido a principal fonte de financiamento das despesas de Investimento o que faz depender o desempenho da autarquia do Orçamento de Estado. O valor dos Fundos Comunitários decresceu em 2002 retomando o percurso ascendente em 2003, voltando a cair no exercício de 2004, para subir de novo em 2005; Em 2006 voltam a decrescer 40,26 % face a 2005. Os empréstimos bancários representam em 2005 14,45 % da fonte de financiamento, passando em 2006 a 16,10 %, assumindo os fundos provenientes do Orçamento de Estado o principal financiador das despesas de capital.

Na gerência de 2008 não utilizou a autarquia qualquer receita proveniente de empréstimo bancário, tendo-se financiado praticamente no FEF. Os fundos comunitários representam 3 % do total da receita arrecadada e 11% da receita de capital recebida.

2.3.3.3 - Transferências de Capital

Com as transferências de capital despendeu o Município 354.254,74 euros, distribuídos essencialmente por transferências para as freguesias (157.798,50), Associação de Municípios (33.737,18) e instituições sem fins lucrativos (161.176,06).

2.3.3.4 - Amortização de Passivos Financeiros

No que se reporta aos Passivos Financeiros, estes representam 10 % do total das Despesas de Capital pagas.

O montante contratualizado em empréstimos bancários é de 9.737.949,19 €, dos quais utilizou o município 9.418.384,21 €. Foram amortizados 666.804,09 € e pagos 234.996,74 € de juros.

O capital em dívida em 31/12/2008 é de 5.150.488,24 €, um decréscimo de 11,46 % em relação ao capital em dívida no final do exercício de 2007.

Anote-se que o Município de Valpaços tem cumprido escrupulosamente os prazos e pagamentos das prestações devidas, não incorrendo em juros de mora, fruto de atrasos de pagamento à banca.

2.4 - Equilíbrio Orçamental

O princípio do equilíbrio orçamental, consagrado no POCAL, ao estabelecer que o orçamento deve prever receitas para cobrir as despesas, não exige igualdade substancial, ou seja a cobertura de certos tipos de despesa por certo tipos de receita, nem obriga a que as receitas correntes sejam iguais às despesas correntes.

Ao analisar a execução orçamental de 2008, verifica-se que as receitas correntes não só financiaram todas as despesas correntes, como ainda financiaram 33 % das despesas de capital, gerando-se assim uma poupança corrente - *Superávit corrente*.

Ano	Poupança Corrente
2001	1.842.947,60
2002	2.693.538,61
2003	2.505.490,52
2004	2.189.826,05
2005	2.694.496,50
2006	2.363.604,74
2007	2.328.615,75
2008	2.217.913,67

A tendência ascendente quer nos recebimentos, quer nos pagamentos, reflecte o crescimento contínuo das receitas correntes municipais, traduzindo um crescente aumento da actividade económica da autarquia - *Geração de receitas*.

O pico da poupança corrente nos últimos 8 anos em análise verifica-se nos anos 2002 e 2005. A tendência crescente até 2002, foi quebrada nos exercícios de 2003 e 2004, com um aumento gradual da despesa corrente, retomando o ritmo crescente no ano 2005, quebrado novamente em 2006. Como já se referiu anteriormente a tendência é para uma diminuição da poupança corrente, podendo mesmo chegar-se a dificuldades com o cumprimento do próprio equilíbrio orçamental.

2.5 - Análise das Grandes Opções do Plano

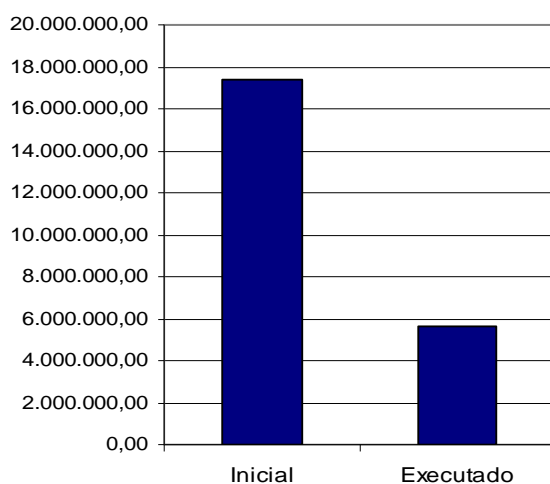
A execução das Grandes Opções do Plano representa o quadro de desenvolvimento da intervenção municipal, e apresenta-se organizado por objectivos, programas, projectos e acções. É parte integrante deste documento o Mapa de Execução do Plano Plurianual de Investimentos, uma vez que a autarquia não elaborou o PAM - *Plano de actividades municipais*, por não se mostrar obrigatória a sua elaboração.

O mapa que a seguir se apresenta demonstra a estrutura do Plano Plurianual de Investimentos (PPI) por objectivos, comparando o valor orçado inicialmente com o valor executado.

Análise das grandes opções do plano

Objectivos	PPI		
	Previsão Inicial	Execução	%
Aq. const. conser.rep. edif. municipais	75.000,00	16.268,23	21,69
Aq. Rep. Máq. Viat. Outros equipamentos	508.500,00	126.719,04	24,92
Protecção civil e luta contra incêndios	50.000,00	3.597,58	7,20
Polícia Municipal	0,00	0,00	0,00
Ensino Pré-escolar	40.000,00	16.998,98	42,50
Ensino básico	89.500,00	108.217,54	120,91
Serviços individuais de saúde	1.000,00	0,00	0,00
Acção social	1.647.000,00	673.462,86	40,89
Habitação	427.000,00	271.399,96	63,56
Planeamento urbanístico	5.500,00	0,00	0,00

Infra-estruturas de urbanização	130.000,00	20.545,98	15,80
Arranjos urbanísticos	820.600,00	588.641,22	71,73
Rede de Esgotos	769.115,00	307.548,00	39,99
Abastecimento de água	918.500,00	245.321,64	26,71
Resíduos sólidos	1.000,00	987,36	98,74
Higiene pública	22.000,00	14.062,54	63,92
Cemitérios	607.000,00	159.317,02	26,25
Parques florestais e jardins	100.000,00	37.838,87	37,84
Outras actividades	160.500,00	9.473,55	5,90
Cultura	1.469.000,00	101.489,52	6,91
Desporto, recreio e lazer	174.000,00	21.356,67	12,27
Industria e energia	375.000,00	151.657,45	40,44
Rede viária e sinalização	8.534.000,00	2.531.334,89	29,66
Estacionamento	135.000,00	45.685,71	33,84
Transportes aéreos	1.000,00	0,00	0,00
Mercados e feiras	240.000,00	107.857,63	44,94
Turismo	33.600,00	24.670,09	73,42
Comparticipações capital social	1.000,00	0,00	0,00
Outras Funções	31.000,00	30.520,00	98,45
Total	17.365.815,00	5.614.972,33	32,33



A execução financeira do PPI encontra-se nos 32,33 % face aos valores inicialmente previstos

Para o cálculo do grau de execução do PPI, considera-se o volume de despesa paga relativamente ao volume de dotações iniciais inscritas no Plano.

O valor inicialmente previsto, no ano em análise, para o PPI, totaliza 17.365.815,0.

A rede viária e sinalização com uma execução de 26,65 %, gastou 2.531.334,89 €, 45 % do total das despesas pagas no PPI.

Em 2007 ao invés do verificado em anos anteriores a rede viária e sinalização sai da 1ª posição das intenções de realização da despesa, retomando o primeiro lugar nesta gerência.

Os arranjos urbanísticos e a acção social vêm em 2º lugar das intenções de despesa de investimento.

Com execução nula destacam-se os objectivos relacionados com os serviços individuais de saúde, planeamento urbanístico, transportes aéreos e as participações no capital social de sociedades.

Análise comparativa com o PPI de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008

Objectivos	Execução do PPI					
	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Aq. const. conser.rep. edif. municipais	46.030,57	70.644,65	59.879,38	47.637,20	24.273,35	16.268,23
Aq. Rep. Máq. Viat. Outros equipamentos	283.402,95	316.797,37	236.533,23	337.250,82	187.443,18	126.719,04
Protecção civil e luta contra incêndios	0,00	3.016,65	51.590,69	35.561,46	58.177,92	3.597,58
Polícia Municipal	75.853,26	73.728,53	0,00	2.203,94	0,00	0,00
Ensino Pré-escolar	20.830,83	1.255,05	180.788,68	3.180,65	69.509,78	16.998,98
Ensino básico	78.753,88	68.108,55	91.440,93	76.895,47	117.057,59	108.217,54
Acção social	229.210,03	124.109,14	227.970,09	0,00	0,00	0,00
Habitação	542.889,49	421.411,54	251.324,84	326.124,69	435.471,09	673.462,86
Planeamento urbanístico	5.774,17	0,00	13.815,96	197.308,05	261.085,60	271.399,96
Infra-estruturas de urbanização	755.068,66	5.192,64	225.576,51	6.720,52	16.150,00	0,00
Arranjos urbanísticos	101.332,25	67.835,47	162.390,88	505.665,87	449.884,27	20.545,98
Rede de Esgotos	286.455,26	302.260,69	348.137,03	272.586,10	656.733,49	588.641,22
Abastecimento de água	316.023,15	308.613,10	318.738,41	396.047,59	308.298,21	307.548,00
Resíduos sólidos	123,17	0,00	0,00	422.701,67	432.765,58	245.321,64
Higiene pública	20.648,45	15.325,74	50.271,58	0,00	145,88	987,36
Cemitérios	210.024,46	224.149,06	239.952,42	5.280,65	16.627,51	14.062,54
Parques florestais e jardins	35.422,44	6.048,66	6.283,41	168.019,96	150.795,13	159.317,02
Outras actividades	58.111,29	221.883,17	196.963,39	84.520,85	36.275,69	37.838,87
Cultura	281.770,21	248.794,13	1.534.198,00	73.838,30	126.489,32	9.473,55
Desporto, recreio e lazer	1.701.415,12	683.987,37	647.913,69	823.489,73	516.011,70	101.489,52
Indústria e energia	374.747,01	93.953,87	291.304,18	221.969,89	116.530,67	21.356,67
Rede viária e sinalização	3.189.834,54	3.845.935,50	4.409.630,22	84.561,55	183.601,88	151.657,45
Estacionamento	65.617,31	27.191,03	32.768,30	2.872.429,81	2.413.984,68	2.531.334,89
Transportes aéreos		0,00	0,00	25.536,19	54.055,37	45.685,71
Mercados e feiras	27.617,31	74.895,66	115.337,25	0,00	0,00	0,00
Estabelecimentos	12.520,00	0,00	0,00	123.819,37	170.546,71	107.857,63
Turismo	7.749,21	9.347,92	17.645,68	22.985,88	5.503,30	24.670,09
Trans. Administração central e regional	0,00	0,00	0,00	146.603,20	0,00	0,00
Comparticipações capital social	13.750,00	52.472,80	481,06	19.500,00	47.476,75	30.520,00
Total	8.740.975,02	7.266.958,29	9.710.935,81	7.302.439,41	6.854.894,65	5.614.972,33

Pela análise do quadro acima verifica-se um desvio de 1.474.026,73 € pela negativa na execução do ano 2004 em relação ao ano 2003 e pela positiva um desvio de 2.443.977,52 €, em relação a 2005 vs 2004 e um decréscimo de 2.408.496,40 € dos valores executados em 2006 relativamente a 2005.

No término do ano 2008 não alcançou o município os índices de execução verificados no ano 2007, demonstrando a tendência decrescente dos últimos 3 anos.

2.6- Resumo dos Movimentos Financeiros de 2008

O saldo a transitar para o ano 2009 no que respeita a operações orçamentais é de 240.763,84 €, o quadro que se segue faz um breve resumo dos movimentos financeiros da autarquia no ano 2008.

Designação	Operações orçamentais	Operações não orçamentais	Total
(1) Saldo transitado de 2007	371.959,64	72.570,79	444.530,43
(2) Receitas arrecadadas	14.348.763,89	1.843.331,90	16.192.095,79
(3) Despesas pagas	14.479.959,69	1.840.285,23	16.320.244,92
Saldo a transitar para 2009 (1+2-3)	240.763,84	75.617,46	316.381,30

Em disponibilidades (Caixa e bancos) em 31/12/2008 detinha o município 938.588,49 euros, que de descontarmos as operações de tesouraria (75.617,46) e as garantias e caucões (622.207,19), dá o total do saldo das operações orçamentais (240.763,84), valor esse gerado pelo fluxo orçamental da autarquia. Anote-se que do ano 2007 transitaram 371.959,64 euros.

O saldo da gerência, depois de devidamente aprovado, pode ser integrado na execução orçamental do ano 2009, através de uma revisão ao orçamento.

2.7 - Análise da Dívida do Município

A crescente intervenção social exigida aos municípios devido não só ao alargamento das suas competências e atribuições, mas a uma capacidade mais interventiva no desenvolvimento do município com o objectivo de proporcionar melhores condições sócio - económicas, culturais e desportivas, o endividamento autárquico começou a ser utilizado como recurso financeiro alternativo à

insuficiência de receitas. Constitui uma medida de política económica autorizada por lei dentro dos limites impostos e aprovada por deliberação da Assembleia Municipal, com o necessário visto prévio do Tribunal de Contas.

Assim, a necessidade ao recurso ao endividamento autárquico está dependente do nível de receitas arrecadadas.

O mapa a seguir permite visualizar a evolução da dívida nos últimos seis anos:

Designação	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Dívidas de empréstimos (1)	5.820.316,90	5.821.580,76	6.331.335,65	6.199.844,15	5.817.292,33	5.150.488,24
Dívidas de curto prazo (2)	4.103.820,84	6.343.109,54	7.614.073,30	9.017.809,76	7.919.231,06	9.849.434,24
Dívida total (1 + 2)	9.924.137,74	12.164.690,30	13.945.408,95	15.217.653,91	13.736.523,39	14.999.922,48
Taxa de crescimento da dívida - %	-	22,58	14,64	9,12	-9,73	8,42

Conforme o estatuído no artigo 37º da LFL, existe um valor máximo estabelecido para o endividamento municipal, incorrendo os municípios em penalidades caso venham a ultrapassar esse limite - Artigo 5º da LFL.

Dita o artigo 37º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro (Lei das Finanças Locais), que o montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município do FEF, da participação do IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior.

Conforme comunicação da DGAL de 19/05/2008, a demonstração do cálculo dos limites ao endividamento municipal para o ano 2008, é a que a seguir se demonstra:

LIMITE AO ENDIVIDAMENTO - ANO 2008

IMPOSTOS MUNICIPAIS - VALORES ACUMULADOS		
RECEITAS ARRECADADAS EM 2007	IMI	649.187,49
	IMT	296.937,65
	IMV	142.979,03
	CA	8.131,36
	SISA	0,00
	DERRAMA	0,00
	SEL	0,00
	FEF + IRS	9.324.875,00
	TOTAL RECEITAS	10.422.110,53
LIMITE MÁXIMO AO ENDIVIDAMENTO		13.027.638,16
LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE CURTO PRAZO		1.042.211,05
LIMITE DOS EMPRÉSTIMOS DE M/L PRAZO		10.422.110,53

No Final de 2008 o endividamento líquido do município era de 13.195.393,39 €, como se demonstra:

CÁLCULO DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO/2008 DO MUNICÍPIO DE VALPAÇOS

CONTAS	DADOS ACUMULADOS 2008 - DEZEMBRO	
	Activos	Passivos
1 DISPONIBILIDADES	938.588,49	
11 Caixa	0,00	
12 Depósitos em instituições financeiras	938.588,49	
15 Títulos negociáveis	0,00	
151 Acções	0,00	
152 Obrigações e títulos de participação	0,00	
153 Títulos de dívida pública	0,00	
159 Outros títulos	0,00	
18 Outras aplicações de tesouraria	0,00	
2 TERCEIROS	1.727.452,97	27.586.287,62
21 Clientes, contribuintes e utentes	234.188,49	0,00
211 Clientes, c/c	0,00	
212 Contribuintes, c/c	0,00	
213 Utentes, c/c	94.659,70	
217 Clientes e utentes c/ cauções	0,00	
218 Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa	139.528,79	
219 Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes		0,00
22 Fornecedores	0,00	4.539.538,84
221 Fornecedores, c/c		4.539.538,84
228 Fornecedores - Facturas em recepção e conferência		0,00
229 Adiantamentos a fornecedores	0,00	
23 Empréstimos obtidos	0,00	5.150.488,24
231 Em moeda nacional		0,00
2311 De curto prazo		0,00
23111 Empréstimos bancários		0,00
2312 De médio e longo prazo		5.150.488,24

23121 Empréstimos bancários		5.150.488,24
23123 Outros empréstimos obtidos		0,00
24 Estado e outros entes públicos	8.660,50	55.147,83
25 Devedores e credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
251 Devedores pela execução do orçamento	0,00	
252 Credores pela execução do orçamento		0,00
26 Outros devedores e credores	1.027.016,36	5.989.528,27
261 Fornecedores de imobilizado	0,00	5.309.895,40
2611 Fornecedores de imobilizado, c/c		5.309.895,40
2618 Facturas em recepção e conferência		0,00
2619 Adiantamentos a fornecedores de imobilizado		0,00
262 Pessoal		3.113,78
263 Sindicatos		814,01
264 Administração autárquica	0,00	0,00
2641 Associações de municípios		0,00
2642 Municípios		0,00
2643 Serviços municipalizados		0,00
2644 Federações de municípios		0,00
2645 Associações de freguesias		0,00
2646 Freguesias		0,00
2647 Empresas municipais e intermunicipais		0,00
267 Consultores, assessores e intermediários		0,00
268 Devedores e credores diversos	1.027.016,36	675.705,08
269 Adiantamentos por conta de vendas		0,00
27 Acréscimos e diferimentos	457.587,62	11.570.203,64
271 Acréscimos de proveitos	155.270,94	
2711 Juros a receber	0,00	
2719 Outros acréscimos de proveitos	155.270,94	
272 Custos diferidos	302.316,68	
2726 Descontos de emissão de obrigações	0,00	
2728 Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	
2729 Outros custos diferidos	302.316,68	
273 Acréscimos de custos		552.217,67
2731 Seguros a liquidar		0,00
2732 Remunerações a liquidar		418.061,34
2733 Juros a liquidar		0,00
2739 Outros acréscimos de custos		134.156,33
274 Proveitos diferidos		11.017.985,97
2745 Subsídios para investimentos		11.007.985,97
2748 Diferenças de câmbio favoráveis		0,00
2749 Outros proveitos diferidos		10.000,00
28 Empréstimos concedidos		0,00
29 Provisões para cobrança duvidosa		281.380,80
4 IMOBILIZAÇÕES	425.486,00	
41 Investimentos financeiros	425.486,00	
411 Partes de capital	425.486,00	
412 Obrigações e títulos de participação	0,00	
415 Outras aplicações financeiras	0,00	
TOTAL	3.091.527,46	27.586.287,62
TOTAL sem 2745, 2749, 29 e 41	3.091.527,46	16.286.920,85
Endividamento líquido	13.195.393,39	

Pela aplicação do regime transitório previsto no n.º 2 do artigo 61º da Lei das Finanças Locais, em que ficam excluídos os empréstimos e os encargos com empréstimos anteriormente contraídos ao abrigo de disposições legais que os excepcionavam dos limites de endividamento, fixa-se o limite ao endividamento em 11.353.438,43 euros, abaixo do permitido em 1.674.199,73 euros, como se demonstra:

DADOS DO PERÍODO EM ANÁLISE		VIOLAÇÃO	
ENDIVIDAMENTO M/L PRAZO - EMPRÉSTIMOS	5.150.488,24	NÃO	
EXCEPÇÕES AOS EMPRÉSTIMOS	1.841.954,96	-	MARGEM
TOTAL DO ENDIVIDAMENTO DOS EMPRÉSTIMOS A CONSIDERAR	3.308.533,28	-	7.113.577,25
ENDIVIDAMENTO CURTO PRAZO - EMPRÉSTIMOS	0,00	NÃO	
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO DO PERÍODO	13.195.393,39	SIM	-167.755,23
ENDIVIDAMENTO LIQUIDO DO PERÍODO COM EXCEPÇÕES	11.353.438,43	NÃO	1.674.199,73

Relativamente às dívidas à banca, também aqui o município está abaixo dos limites impostos por Lei, com um valor em dívida de 5.150.488,24 €, que se deduzirmos os 1.841.954,96 € dos empréstimos excepcionados obtemos um endividamento de 3.308.533,28 €.

Designação	Ano 2001	Ano 2002	Ano 2003	Ano 2004	Ano 2005	Ano 2006	Ano 2007	Ano 2008
1 - Amortizações	415.471,53	568.409,21	595.284,53	628.385,74	572.392,57	1.158.475,74	924.355,90	666.804,09
2 - Juros	192.688,83	135.348,35	108.738,85	97.922,68	112.280,15	160.405,78	198.562,09	234.996,74
3 - Encargos de Dívida (1+ 2)	608.160,36	703.757,56	704.023,38	726.308,42	684.672,72	1.318.881,52	1.122.917,99	901.800,83
4 - Limite da cap. Endividamento - Empréstimos	1.847.881,61	1.032.386,13	1.069.552,00	1.120.703,75	1.143.308,25	1.520.163,00	10.133.201,95	10.422.110,53
5 - Cap. Líquida de Endividamento (4 - 3)	1.239.721,25	328.628,57	365.528,62	394.395,33	458.635,53	201.281,48	9.010.283,96	9.520.309,70
6 - Índice da capacidade de Endividamento utilizada - %	32,91	68,17	65,82	64,81	59,89	86,76	11,08	8,65

ANÁLISE DA DÍVIDA DO MUNICÍPIO

DETALHE DA DÍVIDA	
Dívida de empréstimos de médio/longo prazo (1)	5.150.488,24
Dívidas a fornecedores de curto prazo (2)	4.539.538,84
Dívidas a empreiteiros e leasing (3)	5.309.895,40
TOTAL (1+2+3)	14.999.922,48

Em 31 de Dezembro de 2008 é o município de Valpaços devedor à banca e fornecedores de 14.999.922,48 €uros.

Rácios dos Encargos com a Dívida

Designação	2004	2005	2006	2007	2008
Enc. c/ dívida/Rec. Impostos	10,96	16,00	17,30	17,89	20,56
Enc. c/ Dívida/Receita Corrente	1,33	1,00	1,70	1,98	2,38
Enc. c/ dívida/ Despesa Corrente	1,78	2,00	2,20	2,59	3,05

De acordo com os rácios, os encargos com a dívida têm um peso nas Receitas Fiscais de 20,56 %, no total da Receitas Correntes um impacto pouco significativo de 2,38 %, e o peso dos juros nas despesas Correntes cifram-se em 3,05 %.

III - Desempenho Económico - Financeiro

3.1 - Balanço

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2008

MUNICIPIO DE VALPAÇOS

Balanço analítico em 31 de Dezembro de 2008

Activo					
Código das Contas	Activo	Exercícios			
		2008			2007
		AB	A/J	AL	AL
	Imobilizado:				
	Bens de domínio Público				
451	Terrenos e recursos naturais	228.270,24		228.270,24	
452	Edifícios	1.684,12		1.684,12	1.684,12
453	Outras construções e infra-estruturas	24.541.843,73	3.600.971,82	20.940.871,91	19.864.013,39
455	Bens do património histórico, artist.cultural	436.609,24	63.541,94	373.067,30	393.649,55
459	Outros bens de domínio público	3.301.763,45	212.211,18	3.089.552,27	2.481.378,73
445	Imobilizações em curso	7.501.907,00		7.501.907,00	6.245.648,00
		36.012.077,78	3.876.724,94	32.135.352,84	28.986.373,79
	Imobilizações incorpóreas				
431	Despesas de instalação	196.420,50	134.425,29	61.995,21	19.994,41
		196.420,50	134.425,29	61.995,21	19.994,41
	Imobilizações corpóreas				
421	Terrenos e recursos naturais	2.092.233,50		2.092.233,50	2.068.838,50
422	Edifícios e outras construções	9.638.192,05	359.841,74	9.278.350,31	8.443.331,45
423	Equipamento básico	1.100.946,21	766.196,88	334.749,33	386.807,38
424	Equipamento de transporte	2.092.454,61	1.596.158,29	496.296,32	596.209,30
425	Ferramentas e utensílios	9.153,97	1.465,20	7.688,77	2.303,21
426	Equipamento administrativo	1.012.347,07	763.648,94	248.698,13	258.930,11
429	Outras imobilizações corpóreas	121.931,91	35.294,43	86.637,48	30.674,39
442	Imobilizações em curso	1.962.234,37		1.962.234,37	2.516.178,84
448	Adiantamento por conta de imobili. Corpóreas				
		18.029.493,69	3.522.605,48	14.506.888,21	14.303.273,18
	Investimentos financeiros				
411	Partes de capital	425.486,00		425.486,00	425.686,00
		425.486,00		425.486,00	425.686,00
	Circulante:				
	Existências:				
36	Matérias Primas, subsidiárias e de consumo	693.084,86		693.084,86	
32	Mercadorias	224,22		224,22	
		693.309,08		693.309,08	
	Dívidas de terceiros - Médio e longo prazo:				
	Dívidas de terceiros - curto prazo				
213	Utentes c/c	94.659,70		94.659,70	92.267,71
218	Clientes, contribuintes e utentes de c. duvidosa	139.528,79	122.319,52	17.209,27	20.783,26
24	Estado e outros entes públicos	8.660,50		8.660,50	7.486,86
262+263+267+268	Outros devedores	1.027.016,36		1.027.016,36	39.334,68
		1.269.865,35	122.319,52	1.147.545,83	159.872,51
	Depósitos em instituições finac. E caixa				
12	Depósitos em instituições financeiras e caixa:	938.588,49		938.588,49	1.098.710,42
		938.588,49		938.588,49	1.098.710,42
	Acréscimos e diferimentos				
271	Acréscimos de proventos	155.270,94		155.270,94	130.647,01
272	Custos diferidos	302.316,68		302.316,68	22.162,48
		457.587,62		457.587,62	152.809,49
	Total de amortizações.....		7.533.755,71		
	Total de Provisões.....		122.319,52		
	Total do activo.....	58.022.828,51	7.656.075,23	50.366.753,28	45.146.719,80

MUNICIPIO DE VALPAÇOS

Fundos próprios e passivo			
Código das Contas	Fundos Próprios e Passivo	Exercícios	
		2008	2007
	Fundos próprios:		
51	Património	19.102.103,67	15.653.861,78
571	Reservas legais	921.190,50	739.704,08
576	Doações	6.500,00	
59	Resultados transitados	442.567,93	68.354,68
88	Resultado Líquido do exercício	2.430.423,08	3.629.728,31
		22.902.785,18	20.091.648,85
	Passivo:		
292	Provisões para riscos e encargos	159.061,28	
	Dividas a terceiros - Médio e longo prazos		
2312	Empréstimos de M/L prazo	5.150.488,24	5.817.292,33
221	Fornecedores c/c	1.478.517,55	
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	11.359,92	
		6.640.365,71	5.817.292,33
	Dividas a terceiros - curto prazo		
221	Fornecedores c/c	3.061.021,29	3.223.241,68
2611	Fornecedores de imobilizado c/c	5.298.535,48	4.695.989,38
24	Estado e outros entes públicos	55.147,83	57.533,16
262+263+267+268	Outros Credores	679.632,87	708.497,85
		9.094.337,47	8.685.262,07
	Acréscimos e diferimentos:		
273	Acréscimos de custos	552.217,67	529.552,21
274	Proveitos diferidos	11.017.985,97	10.022.764,34
		11.570.203,64	10.552.316,55
		27.463.968,10	25.054.870,95
	Total dos Fundos próprios e do passivo.....	50.366.753,28	45.146.519,80

3.2 - Demonstração de Resultados

Demonstração de Resultados, por natureza em 31 de Dezembro de 2008

MUNICIPIO DE VALPAÇOS

Demonstração de Resultados - Por Natureza					
Código de Contas	Descrição	Exercício			
		2008		2007	
	Custos e perdas				
61	Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	148.775,51			
	Matérias	247.333,11	396.108,62		
62	Fornecimentos e serviços externos:		3.737.356,31		3.757.270,10
	Custos com o pessoal:				
641+642	Remunerações	3.003.628,34		3.022.862,86	
643 a 648	Encargos sociais	687.451,44	3.691.079,78	566.127,88	3.588.990,74
63	Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais		1.031.561,85		1.198.757,39
66	Amortizações do exercício		1.605.181,93		1.371.267,14
67	Provisões do exercício		159.061,28		
65	Outros custos operacionais		33.567,51		4.507,18
	(A)		10.653.917,28		9.920.792,55
68	Custos e perdas financeiros		438.860,54		218.266,42
	(C)		11.092.777,82		10.139.058,97
69	Custos e perdas extraordinários		681.078,73		77.381,31
	(E)		11.773.856,55		10.216.440,28
88	Resultado líquido do exercício.....		2.430.423,08		3.629.728,31
	(X)		14.204.279,63		13.846.168,59
	Proveitos e ganhos				
	Vendas e prestações de serviços:				
7111	Venda de mercadorias	220,52		379,52	
7112+7113	Venda de produtos	454.315,93		426.453,73	
	(B)				
712	Prestações de serviços	741.869,33	1.196.405,78	664.420,35	1.091.253,60
	()		1.196.405,78		1.091.253,60
72	Impostos e taxas		1.345.659,47		1.330.744,41
(a)	Variação da produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares		1.543,02		5.006,24
74	Transferências e subsídios obtidos		10.321.833,90		9.877.942,74
76	Outros proveitos e ganhos operacionais				
	(B)		12.865.442,17		12.304.946,99
78	Proveitos e ganhos financeiros		737.681,19		734.086,78
	(D)		13.603.123,36		13.039.033,77
79	Proveitos extraordinários		601.156,27		807.134,82
	(F)		14.204.279,63		13.846.168,59
Resumo:	Resultados operacionais: (B - A)		2.211.524,89		2.384.154,44
	Resultados financeiros: (D - B) - (C - A)		298.820,65		515.820,36
	Resultados correntes: (D - C)		2.510.345,54		2.899.974,80
	Resultado líquido do exercício: (F - E)		2.430.423,08		3.629.728,31

IV - Notas ao Balanço e Demonstração de Resultados

As notas que a seguir se apresentam, visam facultar um completo entendimento das demonstrações financeiras apresentadas com os documentos de prestação de contas exigidas no ponto 2 do POCAL, no artigo 6º do Decreto-Lei n.º 54-A/99 e na resolução n.º4/2001 do Tribunal de Contas.

As notas não incluídas neste anexo não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das demonstrações financeiras.

Os mapas financeiros foram elaborados de acordo com os princípios contabilísticos definidos no ponto 3.2. do POCAL. As demonstrações financeiras foram preparadas na base da continuidade das operações da autarquia, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, consistência, especialização, substância sobre a forma, materialidade e especialização do exercício.

No ano a que se reporta a presente análise encontra-se já implementado o Plano oficial de Contabilidade das Autarquias Locais (POCAL). Este diploma obriga à existência simultânea e coordenada de três sistemas de contabilidade:

- Orçamental;
- Patrimonial;
- Custos.

A contabilidade de custos foi implementada no exercício de 2005, imputando-se os custos do exercício a centros de custos, desmembrados segundo a classificação funcional da autarquia.

Como ainda não foi possível avaliar todos os bens do Imobilizado Corpóreo e dos Bens do Domínio Público, foi opção só acrescentá-los em Balanço quando a sua inventariação e avaliação se encontrassem definitivamente concluídas e devidamente aprovadas

pela Assembleia Municipal, em cumprimento do disposto no ponto 4.1 do POCAL.

De referir que as notas ao balanço e demonstração de resultados que se seguem, são muito idênticas ao POC - Empresas, que obedecem às exigências da 4ª Directiva da Comunidade Europeia. Para efeitos de normalização e conforme o ponto 2.4 do POCAL, é respeitado o número de ordem de cada anexo.

Ponto 8.2.2 - Conteúdos não comparáveis com o ano 2007

No exercício de 2007 não existia a conta de existências, tendo todas as matérias-primas adquiridas ao longo do exercício sido imputadas às contas de custo a que lhe diziam respeito, nomeadamente imobilizado e conservações e reparações.

Foi opção no ano 2008 levar à conta compras todas as matérias-primas e mercadorias adquiridas, transferindo-se para as respectivas contas de existências após contagem física das mesmas.

O sistema de inventário adoptado foi o intermitente.

Ponto 8.2.3 - Critérios contabilísticos e valorimétricos

Os critérios valorimétricos utilizados foram os que constam no Regulamento de Cadastro e Inventário da autarquia o qual obedece às disposições do POCAL e do CIBE - *Cadastro e Inventário dos Bens do Estado*.

Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas estão valorizadas ao custo de aquisição, líquido das amortizações efectuadas, dentro dos limites das taxas legalmente fixadas.

Imobilizações corpóreas

Estão registadas pelo custo de aquisição ou construção.

As despesas de reparação e manutenção do imobilizado sem grande relevo, são consideradas como custo no ano que ocorrem.

As immobilizações adquiridas mediante contratos de locação financeira, bem como as respectivas responsabilidades, são contabilizadas pelo método financeiro, pelo que o correspondente valor e as responsabilidades estão reconhecidas no balanço. Consequentemente as amortizações destes bens e os juros das rendas são registados na demonstração de resultados do exercício a que respeitam. O IVA que não sendo dedutível é levado ao valor do immobilizado.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, em regime duodecimal, a taxas específicas, de acordo com a legislação em vigor - *Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril*. Os activos corpóreos objecto de financiamento externo, quando concluídos são amortizados e o custo dessa amortização é compensado em proveitos e ganhos extraordinários pela amortização dos financiamentos (registadas em acréscimos e diferimentos - subsídios ao investimento).

Dívidas de e a terceiros

São contabilizadas com base no seu custo histórico evidenciado no respectivo documento contabilístico.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros considerados são os resultantes de empréstimos bancários, juros de mora, leasing, operações e serviços bancários, sendo contabilizados em resultado do exercício e não imputados ao investimento.

Ajustamentos de dívidas a receber

Optou-se por procedeu-se às anulações e reforços por cobranças duvidosas de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade está perfeitamente identificado.

O montante dos ajustamentos de dívidas a receber é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50% para dívidas em mora há mais de 6 meses e até 12 meses;
- 100 % para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não foram constituídas provisões para dívidas em mora inferiores a 6 meses.

Férias e subsídio de férias

No final do ano 2008 a autarquia regista, em acréscimos e diferimentos - acréscimos de custos, o montante de encargos com férias, subsídio de férias e subsídio de Natal vencidos, e respectivos encargos patronais, mas cujo pagamento só é devido em período posterior.

Pessoal ao serviço da autarquia

O número de pessoas ao serviço da autarquia no final de 2008 era de 282, revestindo qualquer natureza de vínculo e repartindo-se por 6 unidades orgânicas:

- Membros dos órgãos autárquicos;
- Divisão Administrativa;
- Departamento de Obras Municipais;
- Departamento de Urbanismo e Ambiente;
- Departamento de Acção Social, Educação, Cultura e Desporto;
- Divisão Financeira.

8.2.6 - Comentário à conta 43.1 «Despesas de instalação»

Constituídas por despesas de instalação relativas ao projecto de especialidades do parque de exposições e animação económica de Valpaços, pela revisão ao PDM do concelho de Valpaços, e elaboração de projecto da biblioteca municipal e construção do centro escolar de Valpaços.

8.2.7 - Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos (provisões)

Activo bruto

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2008, nas rubricas do activo immobilizado constantes no balanço a 31/12/2008, podem ser observados no quadro síntese que se segue:

	Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS	425.486,00		425.486,00
41.1	Partes de capital	425.486,00	0,00	425.486,00
42	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	14.877.597,02	1.235.634,89	16.067.259,32
42.1	Terrenos e recursos naturais	2.068.838,50	23.395,00	2.092.233,50
42.2	Edifícios e Outras construções	8.686.818,84	993.505,06	9.638.192,05
42.3	Equipamento básico	1.055.109,34	45.836,87	1.100.946,21
42.4	Equipamento de transporte	2.071.248,35	25.047,00	2.092.454,61
42.5	Ferramentas e utensílios	2.985,00	6.168,97	9.153,97
42.6	Equipamento administrativo	942.285,55	70.061,52	1.012.347,07
42.9	Outras immobilizações corpóreas	50.311,44	71.620,47	121.931,91
43	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	131.304,52	65.115,98	196.420,50
43.1	Despesas de instalação	131.304,52	65.115,98	196.420,50
44	IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	8.761.826,84		9.464.141,37
44.2.2	Edifícios e outras construções	2.516.178,84	1.429.105,77	1.962.234,37
44.5	Bens de domínio Público	6.245.648,00	3.568.256,61	7.501.907,00
45	BENS DE DOMINIO PÚBLICO	25.472.951,36	3.037.219,42	28.281.900,54
45.1	Terrenos e recursos naturais	0,00	228.270,24	228.270,24
45.2	Edifícios	1.684,12		1.684,12
45.3	Outras construções e infra-estruturas	22.458.493,44	2.083.350,29	24.541.843,73
45.5	Bens de património, histórico artístico e nat.	436.609,24		436.609,24
45.9	Outros bens de domínio público	2.576.164,56	725.598,89	3.301.763,45
	TOTAL	49.669.165,74	4.337.970,29	54.435.207,73

Os investimentos financeiros contabilizados dizem respeito à aquisição de participações em empresas.

Amortizações e ajustamentos (Provisões)

As amortizações efectuadas no ano de 2008, em regime de duodécimos, dando cumprimento ao artigo 35º da Portaria n.º 671/2000, de 17 de Abril, pelas taxas vertidas no citado diploma, são as que se seguem:

Rubricas		Saldo Inicial	Reforço	Saldo Final
48.2	IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	3.090.502,68	437.567,38	3.522.605,48
48.2.2	Edifícios e outras construções	243.487,39	117.978,19	359.841,74
48.2.3	Equipamento básico	668.301,96	97.894,92	766.196,88
48.2.4	Equipamento de transporte	1.475.039,05	124.959,98	1.596.158,29
48.2.5	Ferramentas e utensílios	681,79	783,41	1.465,20
48.2.6	Equipamento administrativo	683.355,44	80.293,50	763.648,94
48.2.9	Outras imobilizações corpóreas	19.637,05	15.657,38	35.294,43
48.3	IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS	111.310,11	23.115,18	134.425,29
48.5	BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	2.732.225,57	1.144.499,37	3.876.724,94
29	Provisões	107.341,29	174.039,51	281.380,80
TOTAL		6.041.379,65	1.779.221,44	7.815.136,51

8.2.13 - Imobilizações corpóreas em regime de locação financeira

São os seguintes os bens utilizados em regime de locação financeira:

N.º Contrato	LOCADORA	BEM	VALOR CONTABILISTICO	VALOR EM DÍVIDA 01/01/08	AMORTIZAÇÃO	VALOR EM DÍVIDA 31/12/08
162486	TOTTA - Credito Especializado	Autoc. 04-DE-17	61.710,00	50.929,44	15.000,73	35.928,71

8.2.16 - Entidades participadas

Firma e sede	Capital detido	Capital próprio	Resultado do exercício	
			Ano	Valor
E.H.A.T.B.	150.000,00	4.744.231,73	2007	2.006.196,43
R.E.S.A.T.	30.000,00	2.864.142,21	2007	8.779,13
A.T.M.A.D.	216.576,00	25.708.586,66	2007	-5.012.717,71
VALPROF	13.750,00	25.000,00	2007	0,00
CCAM	15.110,00	16.474.080,00	2007	2.593.233,00
ARVORE	50,00	440.043,28	2007	79.671,67
TOTAL	425.486,00			

8.2.22 - Dívidas de cobrança duvidosa

O valor contabilizado na conta «Clientes, contribuintes e utentes de cobrança duvidosa» é de 139.528,79 €, dos quais estão aprovisionados 122.319,52 €.

8.2.23 - Dívidas de e ao pessoal

O valor das dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da autarquia é o seguinte:

Designação	2008
Outras operações com o pessoal	3.113,78

O valor em apreço diz respeito à devolução de descontos da CGA, para posterior entrega à segurança social.

Aguarda-se, e após pedido de informações e esclarecimentos à segurança social, qual a forma a proceder para entrega dos respectivos descontos, não tendo sido dado até ao momento qualquer esclarecimento por parte dos organismos competentes.

8.2.26 - Descrição desagregada das responsabilidades, por garantias e cações prestadas e recibos para cobrança

Código e designação das contas	Saldo da gerência anterior		Movimento anual		Saldo para a gerência seguinte	
	Devedor	Credor	Débito	Crédito	Devedor	Credor
Garantias e cações		654.179,99	171.508,14	139.535,34		622.207,19
Recibos para cobrança	128.124,55		91.518,62	80.114,38	139.528,79	
Total	128.124,55	654.179,99	263.026,76	219.649,72	139.528,79	622.207,19

Verifica-se uma divergência entre o saldo inicial das garantias e cações do mapa das contas de ordem no valor de 2.324,18 euros, face ao valor transitado do ano 2007, diferença essa que tem haver com o facto de no ano 2007, ter sido reclamado junto da administração fiscal uma entrega indevida de 2.324,18 euros a título de IRS retido na fonte, pago através da guia n.º 80150605609, em que o referido montante deveria ser retido sob a forma de garantias e cações e não retenção na fonte.

Assim que detectada esta anomalia apresentou o município junto da Administração Fiscal reclamação graciosa, tendo a mesma sido diferida por despacho datado de 03/04/2008 do Sr. chefe do serviço de finanças de Valpaços.

Aquando da apresentação da reclamação, foi revelado contabilisticamente no ano 2007 (*Vide nota de lançamento 1058*) a verba reclamação junto da AF, como se de um activo se trata-se, por contrapartida de um passivo - *Retenções de Garantias e Cauções*. Quando foi efectuada a referida nota de lançamento, por lapso não foi movimentada a conta de ordem respectiva, tendo o referido movimento sido reflectivo apenas ao nível da contabilidade geral não passando pelas contas de ordem, daí a diferença detectada, e corrigida nesta gerência.

8.2.27 - Movimentos de Provisões

	Código e designação das contas	Saldo Inicial	Aumento	Redução	Saldo Final
19	Provisões para aplicações de tesouraria				
291	Provisões para cobrança duvidosa	107.341,29	14.978,23		122.319,52
292	Provisões para riscos e encargos		159.061,28		159.061,28
39	Provisões para depreciação de existências				
49	Provisões para investimentos financeiros				

Optou-se por procedeu-se às anulações e reforços por cobranças duvidosas de dívidas de terceiros que estejam em mora há mais de 6 meses e cujo risco de incobrabilidade está perfeitamente identificado, excluindo os organismos públicos.

O montante dos ajustamentos de dívidas a receber é determinado de acordo com a seguinte percentagem:

- 50 % para dívidas em mora há mais de 6 meses e menos de 12 meses;
- 100 % para dívidas em mora há mais de 12 meses.

Não foram constituídas provisões para dívidas em mora inferiores a seis meses, nem as devidas pelo Estado, ou cobertas por garantia, seguro ou caução.

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, decorrentes de processos litigiosos que contra o município de Valpaços incorrem, nomeadamente em expropriações de terrenos.

8.2.29 - Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Movimentos	Mercadorias	Matérias-primas subsidiárias e de consumo
Existências iniciais	0,00	0,00
Compras	148.999,73	566.204,72
Regularizações de existências	0,00	374.213,25
Existências finais	224,22	693.084,86
Custos do exercício	148.775,51	247.333,11

As mercadorias consumidas dizem respeito essencialmente à água que a Câmara Municipal adquire à ATAMD - *Águas de Trás-os-Montes e Alto Douro*, injectando esta na rede publica as quantidades contratadas, que em conjunto com a água produzida pela própria autarquia é vendida aos clientes com contratos de água.

O valor da regularização de existências corresponde ao inventário que pela primeira vez, em 30 de Junho de 2008, foi levado a cabo relativamente a matérias-primas, no sentido de observar o princípio da especialização. Registe-se que se optou por considerar este montante como uma variação patrimonial positiva afectando-se à conta 59 - Resultados transitados.

8.2.31 - Demonstração dos resultados financeiros

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2008	2007		2008	2007
681 - Juros suportados	437.871,63	203.295,60	781 - Juros obtidos	29.082,88	9.931,23
682 - Perdas em entidades participadas		200,00	782 - Ganhos em entidades participadas		
683 - Amortizações de investimentos em imóveis			783 - Rendimentos de imóveis	699.425,28	723.697,85
684 - Provisões para aplicações financeiras			784 - Rendimentos de particip. de capital	9.173,03	457,70
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis			785 - Diferenças de câmbio favoráveis		
687 - Perdas na alienação de apli. de tesouraria			786 - Desc. de pronto pagamento obtidos		
688 - Outros custos e perdas financeiros	988,91	14.770,82	787 - Ganhos na alienação aplic. tesouraria		
Resultados financeiros	298.820,65	515.820,36	788 - Outros prov. E ganhos financeiros		
Total...	737.681,19	734.086,78	Total...	737.681,19	734.086,78

8.2.32 - Demonstração dos resultados extraordinários

Custos e perdas	Exercícios		Proveitos e ganhos	Exercícios	
	2008	2007		2008	2007
691- Transferências de capital concedidas	354.254,74	8.500,00	791 - Restituição de impostos		
692 - Dívidas incobráveis			792 - Recuperação de dívidas		
693 - Perdas em existências			793 - Ganhos em existências		
694 - Perdas em imobilizações		15.898,16	794 - Ganhos em imobilizações	35.398,86	128.663,99
695 - Multas e penalidades	1.575,00	25.778,51	795 - Benefícios penal. contratuais	7.336,89	8.192,02
696 - Aumentos e amrt. Provisões	14.978,23	758,60	796 - Reduções amort. Provisões		
697 - Correções rel. Exerc. Anteriores	305.469,75	11.650,98	797 - Correções rel. Exerc. Anteriores	93.478,26	3.274,13
698 - Outros custos e perdas extraordinárias	4.801,01	14.795,06	798 - Outros prov. Ganhos extraordinários	464.942,26	667.004,68
Resultados extraordinários	-79.922,46	729.753,51			
Total...	601.156,27	807.134,82	Total...	601.156,27	807.134,82

8.2.33 - Outras informações

Acréscimos e diferimentos

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro:

Acréscimo de proveitos

NATUREZA	VALOR
CPCJ-2º SEM 2008	9.209,22
P.OCUPACIONAS-NOVEMBRO	4.585,80
P.OCUPACIONAS-NOVEMBRO	4.520,30
P.OCUPACIONAS-DEZEMBRO	4.074,10
CPCJ-1º SEM 2008	9.209,22
IMPOSTOS-DEZEMBRO	13.158,23
IMPOSTOS-DEZEMBRO	15.004,71
IMPOSTOS-DEZEMBRO	9.326,97
TARIFA DISPONIBILIDADE-DEZEMBRO	32.054,92
TARIFA RECOLHA LIXO-DEZEMBRO	17.980,58
TAXA DE CONSERVAÇÃO SANEAMENTO-DEZEMBRO	8.973,53
VENDA DE ÁGUA-DEZEMBRO	27.173,36
TOTAL	155.270,94

Custos diferidos

Quanto aos Custos diferidos, constata-se que os mesmos resultam de montantes que efectivamente dizem respeito a exercícios posteriores, muito embora a despesa tenha ocorrido no nesta gerência.

Natureza	Valor
Resultam de seguros que foram liquidados no Exercício de 2008, mas que parte é custo de 2009	28.969,84
Renda de imóveis - Mês de Janeiro de 2009	341,33
Juro a pagar em 2009 e anos seguintes	273.005,51
TOTAL	302.316,68

Acréscimos de Custos

Natureza	Valor
Imposto sobre o rendimento IRC retido	771,62
Despesas c/pessoal - Outros suplementos	200,22
Despesas c/pessoal - Ajudas de custo	333,98
Encargos de cobrança de receita	889,00
Restituições - IMI	33,12
Restituições - IMT	2.196,74
Transferências - Instituições particulares	26.222,88
Publicidade	1.152,00
Comunicações	3.330,17
Outros fornecimentos e serviços externos	18.457,52
Transferências - Famílias	3.100,00
Transferências - Freguesias	1.626,80
Electricidade - Estação elevatória	10.300,36
Electricidade - Instalações	13.859,52
Serviços bancários	8,40
Gasóleo de aquecimento	5.458,05
Artigos para oferta	6.726,23
Conservações e manutenções	762,75
Outros fluidos - Gás	3.331,19
Encargos patronais - CGA	20.634,69
Juros pagos em 2009 cujo custo diz respeito a 2008	14.761,09
TOTAL	134.156,33

Proveitos diferidos

No que concerne a **Proveitos Diferidos**, é justificado pelo registo de Transferências de investimentos provenientes, nomeadamente do QCA III e protocolos celebrados.

Como ainda não foram incluídos no activo imobilizado todos os bens pertença da autarquia, não foram igualmente contabilizados como proveitos do exercício os valores recebidos para os seus financiamentos, só sendo contabilizados em proveitos os valores recebidos em função da respectiva taxa de depreciação dos imobilizados.

Aos proveitos acumulados foi, em sede de regularização de exercício, contabilizada a verba de 448.694,49 €, relativa a amortização de proveitos, na percentagem do montante amortizado do correspondente imobilizado objecto de financiamento.

Rubricas	Saldo Inicial	Reforço	Anulação	Saldo Final
Fundos e Serviços autónomos	181.441,73	0,00	4.390,28	177.051,45
FEDER	9.841.322,61	887.046,12	444.304,21	10.284.064,52
Total	10.022.764,34	887.046,12	448.694,49	10.461.115,97

Indicadores do Balanço

Indicadores do Balanço	2008
Estrutura do Activo	
Activo fixo/ Activo Total	93,57
Activo circulante/ Activo Total	5,52
Estrutura do Passivo	
Passivo longo prazo / Passivo total	24,18
Passivo curto prazo / Passivo total	33,11
Passivo longo prazo / Passivo curto prazo	73,02
Estrutura do equilíbrio financeiro	
Endividamento = Capitais alheios / Fundos próprios	68,70
Endividamento a longo prazo = Capitais alheios de longo prazo / Fundos próprios	28,99
Liquidez geral = Activo circulante / passivo a curto prazo	31,91
Liquidez imediata = Disponibilidades / Exigível a curto prazo	10,32

Embora estes indicadores sejam usualmente utilizados como determinantes para apreciação da capacidade de endividamento e possam ser sinais da forma como evolui a situação financeira da autarquia, não podem efectivamente ser lidos como medida da capacidade de endividamento da autarquia. Os recursos próprios da autarquia dificilmente serão garantia de endividamento perante terceiros, pois os bens que sustentam não podem, em grande parte, ser hipotecados nem alienados, visto tratar-se de bens de domínio público ou bens privados do município necessário à prestação de utilidades públicas.

O activo fixo continua a ser representativo em relação ao total do activo e o passivo de curto prazo representa 33,11 % do total do passivo.